



ARTIGOS E ENSAIOS

Método em Marx: os fundamentos do método dialético-crítico

Method in Marx: the foundations of the dialectical-critical method

Método en Marx: los fundamentos del método dialéctico-crítico

Inez Rocha Zacarias¹

orcid.org/0000-0003-2325-9034

inez.zacarias@ufrgs.br

Recebido em: 23 out. 2025

Aprovado em: 23 out. 2025.

Publicado em: 15 dez. 2025.

Resumo: O presente artigo analisa as bases epistemológicas e ontológicas do pensamento marxiano, destacando o método como núcleo estruturante da crítica à economia política. A partir da distinção entre método de investigação e de exposição, conforme indicado por Marx no prefácio de *O Capital*, demonstra-se que o conhecimento científico deve apreender a realidade concreta em seu movimento e em suas contradições. O estudo evidencia a transição da dialética idealista hegeliana para a dialética materialista, na qual a consciência é determinada pelas condições materiais da existência. A análise a partir das categorias de totalidade, contradição e mediação permite compreender a historicidade e a processualidade dos fenômenos sociais. Marx, ao desenvolver a crítica da economia política, reconstrói o modo de produção capitalista como totalidade contraditória, articulando as leis da acumulação e da exploração da força de trabalho. Assim, o método dialético-crítico revela-se não apenas como instrumento teórico de interpretação, mas como mediação prática voltada à transformação da realidade social, constituindo o fundamento científico do materialismo histórico.

Palavras-chave: pensamento marxiano; método dialético-crítico; crítica da economia política.

Abstract: The present article analyzes the epistemological and ontological foundations of Marxian thought, highlighting the method as the structuring core of the critique of political economy. Based on the distinction between the research method and the method of presentation, as indicated by Marx in the Preface to *Capital*, it is demonstrated that scientific knowledge must apprehend concrete reality in its movement and contradictions. The study highlights the transition from Hegelian idealist dialectics to materialist dialectics, in which consciousness is determined by the material conditions of existence. The analysis of the categories of totality, contradiction, and mediation allows for an understanding of the historicity and processual nature of social phenomena. In developing the critique of political economy, Marx reconstructs the capitalist mode of production as a contradictory totality, articulating the laws of accumulation and the exploitation of labor. Thus, the dialectical-critical method reveals itself not only as a theoretical instrument of interpretation but also as a practical mediation aimed at transforming social reality, constituting the scientific foundation of historical materialism.

Keywords: Marxian thought; dialectical-critical method; critique of political economy.

Resumen: El presente artículo analiza las bases epistemológicas y ontológicas del pensamiento marxiano, destacando el método como núcleo estructurante de la crítica a la economía política. A partir de la distinción entre el método de investigación y el método de exposición, tal como lo indica Marx en el Prólogo de *El Capital*, se demuestra que el conocimiento científico debe apreender la realidad concreta en su movimiento y en sus contradicciones. El estudio evidencia la transición de la dialéctica idealista hegeliana hacia la dialéctica materialista, en la cual la conciencia está determinada por las condiciones materiales de existencia. El análisis a partir de las categorías de totalidad, contradicción y mediación permite comprender la historicidad y la procesualidad de los fenómenos sociales. Marx, al desarrollar la crítica de la economía política, reconstruye el



¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

modo de produção capitalista como uma totalidade contraditória, articulando as leis de la acumulación y de la explotación de la fuerza de trabajo. De este modo, el método dialéctico-crítico se revela no solo como un instrumento teórico de interpretación, sino también como una mediación práctica orientada a la transformación de la realidad social, constituyendo el fundamento científico del materialismo histórico.

Palabras clave: pensamiento marxista; método dialéctico-crítico; crítica de la economía política.

Introdução

O debate sobre a forma mais adequada de apresentar o conjunto do pensamento de Marx é algo que provoca inúmeras controvérsias entre aqueles que estudam ou que se identificam como marxistas. Trata-se de um caminho tortuoso sujeito aos mais diversos juízos, algo certamente explicável se for considerado que todo o trabalho teórico-científico elaborado por esse autor, que gerou tantos debates e tantas polêmicas, provocou inúmeras mudanças e enfrentou forças poderosas que dominavam a economia e a política deste mundo. Ademais, por tratar-se de uma obra densa e complexa, sua riqueza provoca múltiplas interpretações. Por contestar o instituído e por desocultar suas raízes e contradições, foi perseguido e continua gerando resistência na política, na filosofia, na academia, na economia e em todos os espaços nos quais o projeto de sociedade contra-hegemônico está em debate.

A essência do marxismo está em ser uma teoria social voltada não apenas à interpretação do mundo, mas à sua transformação. Diferente da tradição filosófica contemplativa, o marxismo expressa uma concepção radicalmente prática do conhecimento: compreender o mundo é condição para transformá-lo. Dessa forma, uma abordagem sobre a questão do método em Marx não pode se restringir somente à dimensão filosófica de sua teoria: é preciso ir além de um enfoque meramente epistemológico, pois o seu método não é um simples instrumento de investigação neutra, mas um processo inseparável da teoria revolucionária e da perspectiva transformadora da realidade. Para uma abordagem metodológico-filosófica de qualquer estudo sob a perspectiva do método em Marx, é necessário pressupor três elementos fundamentais e indissociáveis que compõem o conjunto do

trabalho teórico-científico marxiano: a filosofia, a economia e o socialismo. A fragmentação desses três aspectos é a diferença entre o marxismo e as demais teorias científicas.

Ao fundar a concepção materialista da história, Marx percebeu que a luta de classes é o elemento determinante do movimento da história, e que a luta de classes sempre foi impulsionada por suas relações econômicas, que, por sua vez, correspondem ao grau de domínio do homem sobre a natureza. Esta, que aparentemente demonstra ser uma simples constatação sobre a História, retrata o grande salto dado por Marx no mundo da ciência. Marx também mostrou a relação indissociável entre homens e mulheres e a natureza. A perpetuação da humanidade depende do intercâmbio com o mundo natural, mediado pela produção dos meios de subsistência e dos instrumentos de trabalho que sustentam a vida social. Essa relação dialética, na qual se formam as bases materiais da sociabilidade, constitui, para o materialismo histórico-dialético, a raiz da consciência humana e o ponto de partida para a formação do ser social.

As diferentes descobertas científicas de Marx, ao longo de sua vida, foram ocorrendo através de saltos qualitativos com relação aos autores que serviram de influência para a construção do seu pensamento. Como afirma Marcuse (1984), todos os conceitos filosóficos marxianos são na verdade categorias econômicas e sociais, diferentemente da forma como se apresenta o sistema lógico de Hegel, filósofo que foi uma das grandes referências de Marx. Na sua juventude, seus primeiros escritos sob a influência hegeliana logo deram lugar a uma superação ao idealismo dialético de Hegel. Essa superação ocorreu através da aproximação do materialismo feuerbachiano. Como refere Robaina, perante o idealismo tão em voga na época, de que a ideia forma a realidade e o pensamento determina o ser, a filosofia materialista surge como a antítese que afirma o primado da matéria sobre o espírito (Robaina, 2013).

No entanto, nas *Teses sobre Feuerbach* (publicado originalmente em 1845), Marx rompe também com o materialismo daquele autor, criticando-o por restringir-se à apreensão intuitiva dos obje-

tos e por não reconhecer o movimento real e a prática como essência da vida social. Da mesma forma ocorreu em relação à Escola Clássica dos economistas ingleses; seus estudos serviram de subsídio para a pesquisa de Marx que culminou na elaboração de *O capital* e na de outras obras econômicas. Vários conceitos científicos trabalhados por Adam Smith e David Ricardo foram aceitos por Marx; outros, foram refutados e superados. Portanto, é correto afirmar que a teoria do valor elaborada pelos economistas ingleses passa pela construção científica de Marx através de um processo de rejeição, como apresentam os primeiros textos, seguido de aceitação e superação, algo que se pode constatar em suas últimas obras econômicas (Coutinho, 1997).

O materialismo histórico e dialético foi construído de modo contínuo, com rupturas ou saltos, razão pela qual é necessário apresentar esses três elementos constitutivos do marxismo, não através de uma ordem cronológica ou por etapas, mas como elementos determinantes e constitutivos de uma obra complexa e que, sem dúvida, impõe múltiplas questões ao debate. Reconhecendo que a polêmica está intrínseca à sua genuinidade subversiva, a introdução do pensamento marxiano neste artigo seguirá o caminho metodológico já desenvolvido por outros pensadores que compõem a chamada tradição marxista, procurando, dentro do possível, ser fiel à obra de Marx.

O conjunto do pensamento de Marx pode ser apresentado a partir das três principais fontes de influência que subsidiaram a sua produção teórica, fontes que estão assentadas nas principais correntes de ideias do século XIX, pertencentes aos países ocidentais que apresentavam avanços condizentes com a política, a economia e a filosofia nesse período. Resumidamente, as fontes de influência que levam a três grandes grupos de pensamento dialeticamente fundidos na produção de Marx são: a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês. O resultado da aproximação de Marx a estas importantes fontes do conhecimento da época fundamentou a composição da obra marxiana, que pode ser dividida, somente para fins didáti-

cos, nas seguintes partes: a filosofia materialista dialética, a crítica da economia política burguesa e o socialismo científico.

É imprescindível destacar que, adicionalmente a essas três influências básicas, Marx dedicou-se a um estudo detalhado e profundo da história dos diferentes países, assim como das condições de vida da classe trabalhadora da sua época, a partir de rigorosa pesquisa empírica. A sua militância direta nas organizações dos trabalhadores e na produção de artigos jornalísticos também soma a essa formação elementos de experiência concreta de reflexão-ação na vida política de seu tempo, o que também pode ser destacado como um diferencial. Dessa forma, Marx demonstra que a ação concreta não se separa da teoria. Essa conclusão é resultado de sua experiência objetiva. A própria separação entre o método de investigação e exposição mostra a preocupação do autor com a comunicação adequada de processos e resultados da investigação; tanto a pesquisa como processo de desocultamento do real quanto a sua socialização de modo particular são preocupações constantes de Marx.

Com base nisso, o artigo se divide entre as já mencionadas três partes do pensamento marxiano e se subsidia diretamente no conteúdo já publicado através da tese "A Mediação da Teoria e do Método em Marx na Formação Profissional em Serviço Social", defendida e aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, no ano de 2017, por esta mesma autora.

Da dialética hegeliana ao materialismo histórico: o método de Marx

Karl Marx, no prefácio da segunda edição de *O Capital*, destaca a distinção essencial entre o método de pesquisa e o método de exposição:

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que

pode dar a impressão de uma construção a priori (Marx, 2011a, p. 28).

A realidade, em sua imediaticidade, não pode ser apreendida em sua essência; para superar essa limitação, é necessário recorrer a um método científico que acompanhe seu movimento e suas múltiplas determinações. O método dialético permite apropriar-se dos diferentes aspectos dos fenômenos que compõem a realidade, analisando condições materiais, contextos históricos, expressões humanas e contradições internas. Dessa forma, é possível identificar conexões, choques e transformações entre fenômenos, atribuindo coerência às partes e ressignificando o objeto de investigação.

Marx e Engels encontraram em Hegel a ideia de uma dialética que representa "a mais vasta, mais rica e a mais profunda doutrina da evolução, uma imensa aquisição da filosofia clássica alemã" (Lênin, 1980, p. 20). No entanto, o contexto alemão, marcado por uma economia ainda pouco desenvolvida e pela fragmentação política, propiciou que a filosofia ocupasse lugar central na cultura do país. Kautsky (1979, p. 41) observa que "O pensamento era a ocupação dos grandes alemães, a ideia era-lhes apresentada como dona do mundo, a revolução do pensamento como meio de revolucionar o mundo. Quanto mais a realidade era exígua e miserável, mais o pensamento procurava elevar-se".

Hegel (1770-1831), ao lado de pensadores como Schiller, Goethe, Kant e Fichte, desenvolveu um sistema filosófico capaz de apreender o mundo em seu movimento. Sua dialética contrapôs-se à metafísica tradicional, enfatizando o processo de devir das coisas, embora ainda mantivesse caráter idealista, partindo do absoluto e retornando a ele. Para Hegel, a dialética é a lei do movimento tanto do pensamento quanto do mundo exterior. Seu sistema investe na análise sobre o próprio movimento das coisas e não nas coisas em si estáticas. Com base nessa perspectiva, a natureza e a sociedade são estudadas sob um novo método capaz de acompanhar pelo pensamento o movimento do real. A dialética é a lei geral do movimento, tanto no pensamento quanto no mundo exterior.

Marx, aproximando-se da filosofia hegeliana

ainda jovem, percebeu o idealismo implícito no sistema de Hegel. Lefebvre (1966, p. 97) observa que Hegel "coloca no vértice da sua doutrina filosófica a ideia absoluta", na qual o pensamento preexiste à realidade. Na base desse conceito está a premissa do materialismo; como o próprio Marx explica, as estruturas social e política da sociedade são determinadas de acordo com o nível de evolução das forças produtivas, ou seja, do que a humanidade produz materialmente: "A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real" (Marx; Engels, 1980, p. 25). A materialidade, nesse sentido, é compreendida como parte determinante das relações sociais, assim estendendo-se aos níveis legais, políticos e ideológicos da sociedade. Marx usa a seguinte metáfora: "[...] a filosofia alemã desce do céu à terra [...]" (Marx; Engels, 1980, p. 26), para explicar que o idealismo se detém ao que os homens pensam, a sua imaginação e suas representações. A dialética associada ao idealismo, portanto, está de cabeça para baixo:

A mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É preciso pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico (Marx, 2011a, p. 29).

A crítica ao idealismo hegeliano encontrou sustentação no materialismo de Ludwig Feuerbach, que afirmava a primazia da vida concreta sobre a ideia absoluta. Engels (1975, p. 387) observa: "*La naturaleza existe independientemente de toda filosofía; es la base sobre la que crecieron y se desarrollaron los hombres, que son también, de suyo, productos naturales*". Marx, porém, criticou Feuerbach por não considerar a atividade humana como objetiva e transformadora, como expõe nas *Teses sobre Feuerbach*: "O materialismo feuerbachiano se restringe a captar os objetos na sua aparência estanque, sem movimento, desconsiderando o processo que envolve as coisas" (Marx, 1978, p. 51).

Brohm (1979) argumenta que a dialética de-

fendida por Marx é uma negação da negação da dialética hegeliana, ou seja, uma superação. A dialética em Marx é revolucionária, pois expressa uma teoria da revolução permanente, enquanto em Hegel é conservadora. Em Marx, a história humana é a história da luta de classes, é a história dos homens e mulheres reais, do desenvolvimento das forças produtivas e da reprodução da vida social; e a dialética é o instrumento para impulsionar a classe trabalhadora à revolução. Em Hegel, ela justifica a ordem vigente, tendo em vista que, para Hegel, tudo que é real é racional, ou seja, deve ser preservado.

Marx nunca sistematizou um tratado exclusivo sobre o método dialético, mas suas elaborações estão presentes em toda sua obra, destacando-se em *O Capital*. Na *Introdução à Crítica da Economia Política* (originalmente publicado em 1857), Marx apresenta seu método de análise, partindo do concreto e desmembrando-o em determinações cada vez mais simples, para posteriormente reconstruí-lo em sua complexidade:

Se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado (chegaria) a conceitos abstratos (Abstrakta) cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (Marx, 2011b, p. 54).

Esse procedimento evidencia a abstração dialética, que permite isolar elementos de um fenômeno para compreender suas relações internas e, depois, reintegrá-los à totalidade, produzindo conhecimento sobre sua essência. Netto (2009, p. 648) explica: "A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável".

A historicidade é central nesse processo: o estudo do presente permite compreender modos de produção passados, já que a sociedade capitalista sintetiza e eleva determinações de períodos

anteriores (Marx, 2011b, p. 58). Através das forças produtivas, os homens estabelecem determinadas relações de produção de suas condições de vida em sociedade. Conforme vão se desenvolvendo as forças produtivas, as relações de produção também se modificam. Porém, ao chegar a certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção, impulsionando a sociedade a uma época de revolução, como aconteceu com os modos de produção anteriores ao capitalismo.

O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social (Marx, 2003, p.5).

Deste modo, é possível concluir que todo e qualquer período histórico passou ou passará por processos de transformação, dissolvendo relações que até então são consideradas permanentes e imutáveis. As condições que levarão a essa mudança se forjarão no seio da própria sociedade capitalista: "[...] nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade" (Marx, 2003, p. 6). A história como categoria de análise deve ser considerada, neste caso, como historicidade, "[...] como reconhecimento da processualidade, do movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos sociais [...]" (Prates, 2000, p. 2), ou seja, a transformação sempre fez parte da história humana e a história deve ser considerada como algo inacabado.

Quanto às categorias dialéticas, expressam a historicidade dos fenômenos, acompanhando seu movimento e transformação. Marx afirma em *Miséria da Filosofia* (1982, p. 103): "As categorias são apenas expressões teóricas do movimento

histórico das relações de produção". Lefebvre explica que a contradição é o motor do desenvolvimento, "A contradição dialética [...] deve ser encarada como sintoma da realidade" (1983, p. 192). A superação das contradições não elimina seus elementos, mas os integra em um novo nível; "O superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada; ao contrário, o superado é elevado a nível superior" (Lefebvre, 1983, p. 231).

A mediação articula os elementos contraditórios, permitindo compreender o fenômeno em sua totalidade e interdependência (Pontes, 2010, p. 81). Kosik (2011, p. 50) reforça que a análise dialética exige superar abordagens lineares e fragmentadas, adotando um pensamento em espiral: "É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo [...] e justamente neste processo de correlações em espiral [...] atinge a concreticidade". Assim como as demais categorias, a mediação é uma categoria filosófica, ou seja, relativa ao pensamento, mas que só tem sentido quando expressa o real. Assim é a dialética na produção marxiana: não aparece como uma estrutura independente, mas está sujeita à crítica da economia política elaborada por Marx. Por exemplo, ao iniciar a exposição sobre o modo de produção capitalista a partir de uma categoria simples, a mercadoria, Marx passa a construir uma série de conexões lógicas, abstraindo dessa categoria suas múltiplas determinações e interconexões até chegar a sua totalidade: o capital (Robaina, 2013).

Kosik (2011) reforça que, para uma compreensão dialética da realidade, é preciso superar o conhecimento sistemático do racionalismo e do empirismo, caracterizado pela forma linear de pensar, de somatória de fatos. Ao contrário, o pensamento dialético se movimenta em uma espiral, de interconexão e relação recíproca dos conceitos, de mediação do todo para as partes e das partes para o todo. É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e, justamente neste processo de correlações em

espiral, no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade (Kosik, 2011, p. 50).

A totalidade também é uma categoria que compõe o sistema hegeliano que foi revisto por Marx. Para este, a totalidade concreta, além de ser produto do pensamento, do ato de conceituar, é, antes de tudo, reflexo do modo como a cabeça pensante se apropria do mundo, não sendo fruto da intuição ou da representação, o que pressupõe uma cadeia de mediações que articula a estrutura do pensamento (Marx, 2011b). Outrossim, a totalidade representa um conjunto de contradições a princípio indefinidos ao pensamento, pois formam uma unidade a partir de uma diversidade de fatores. Ou, como define Brohm (1979, p. 79), "A totalidade concreta é, portanto, uma unidade ricamente diversificada de fatores concretos-abstractos, em que há uma dupla mediação recíproca dos contrários [...]". Ademais, para Hegel, o todo é o verdadeiro, pois é o concreto resultado da síntese de múltiplas determinações (Brohm, 1979). Contudo, não representa o fim, uma vez que o princípio da negatividade se encarregará de reiniciar todo o processo.

A formação do pensamento de Marx sobre a economia política

A crítica da economia política formulada por Karl Marx reflete o contexto histórico e social do século XVIII, marcado pelo ascenso da burguesia como classe dominante e pelas transformações provocadas pela Revolução Industrial. Marx se apoiou não apenas nas correntes filosóficas, políticas e econômicas de sua época, mas também em elementos empíricos, especialmente no capitalismo inglês, em que a industrialização avançava rapidamente e a luta de classes se apresentava de forma intensa (Lefebvre, 1966).

O contexto inglês, no qual a grande indústria capitalista estava funcionando a todo vapor, serviu de importante elemento empírico. A Inglaterra apresentava, mais do que em qualquer outro país, um capitalismo desenvolvido e, de igual modo, o fenômeno da luta de classes em um nível elevado comparativamente com outros países europeus,

também constituindo elemento fundamental de análise.

Nesse sentido, a construção do pensamento científico de Karl Marx está assentada nas grandes transformações societárias ocorridas no século XVIII, a partir da Revolução Industrial, das mudanças do modo de produção dominante e das erupções políticas revolucionárias que marcaram o Velho Continente, notadamente na Inglaterra e na França. A natureza do materialismo histórico-dialético só pode ser explicada pelas influências advindas da filosofia hegeliana, do socialismo utópico francês e da economia clássica inglesa. Essas escolas do pensamento, predominantes num período pós-revolução burguesa, foram objetos de estudo incansável de Marx, sendo dessa forma fundamentais para compreender a formação do pensamento econômico desse autor.

É reconhecido que o grande estímulo que provocou Marx a percorrer o caminho dos estudos econômicos foi a sua sensibilidade com os problemas gerados pela questão social, já frequentemente manifestos nos seus primeiros escritos, como jornalista da Gazeta Renana:

Em 1842-1843, na qualidade de redator da Rheinische Zeitung, encontrei-me pela primeira vez na obrigação embaraçosa de dar a minha opinião sobre o que é costume chamar-se os interesses materiais. As deliberações do Landtag renano sobre os roubos de lenha e a divisão da propriedade imobiliária, a polêmica oficial que o Sr. Von Scharper, então primeiro presidente da província renana, sustentou com a Rheinische Zeitung sobre a situação dos camponeses do Mosela e, finalmente, os debates sobre o livre câmbio e o protecionismo, forneceram-me as primeiras razões para me ocupar das questões econômicas (Marx, 2003, p. 4).

Contudo, foram os clássicos da economia inglesa, somados ao contexto econômico-social que se formava principalmente no país que serviu de berço para a ascensão do capitalismo – a Inglaterra –, que lhe forneceram os subsídios necessários para a construção da sua crítica da economia política, a qual culminou na sua principal obra, *O capital*, publicada em 1867, considerada até os dias atuais umas das mais importantes obras de economia política de todos os tempos.

No fim de 1843, Engels apresentou a Marx um

texto de sua autoria onde expunha a sua primeira ambientação com a economia inglesa: “Esboço de uma crítica da economia política”. Nesse texto, Engels faz uma crítica ao liberalismo econômico e à doutrina de Adam Smith, de David Ricardo e de McCulloch, usando como subsídio para a elaboração desse trabalho a realidade econômica da Inglaterra industrial, país onde vivia e administrava uma fábrica de algodão. Esse cenário onde avançava o capitalismo industrial serviu de matéria-prima para Engels escrever esse e outros ensaios. Tal esboço, apesar de ser objeto de críticas, por apresentar alguns argumentos frágeis sobre a questão do valor, representa a primeira aproximação consistente da dupla Engels/Marx à economia política, já se destacando pela crítica que germinava contra a propriedade privada e, conseqüentemente, ao capitalismo. É consenso que esse trabalho influenciou Marx na condução dos seus estudos econômicos, tendo em vista os temas que Engels aborda e que Marx seguirá aprofundando em futuras produções.

Ademais, a leitura do referido esboço revelou a Marx que a crítica da filosofia política de Hegel não era suficiente para criar uma teoria radical da sociedade, a partir de uma simples negação do Estado, capaz de fazer a classe operária tomar consciência da necessidade de uma revolução social. É para encontrar respostas a essas perguntas que Marx então se debruça sobre as obras econômicas, a fim de conhecer a anatomia da sociedade burguesa (Mandel, 1980).

Marx, ao se debruçar sobre a economia clássica, reconheceu méritos de Adam Smith e David Ricardo, mas criticou a naturalização das relações econômicas, desenvolvendo o conceito de “trabalho abstrato” e a teoria da mais-valia. Segundo Lefebvre (1966), os economistas clássicos não perceberam a exploração intrínseca do capitalismo, enquanto Marx analisou o processo histórico das relações sociais e produtivas. Sob a perspectiva do materialismo histórico, Marx critica a economia clássica, historizando categorias econômicas e expondo suas contradições. Os economistas clássicos consideravam as leis econômicas naturais e imutáveis, ignorando o contexto histórico e as

relações de exploração entre classes (Coutinho, 1997; Lefebvre, 1966). Marx avança na teoria do valor, analisando o trabalho concreto e abstrato, o tempo de trabalho socialmente necessário e a mais-valia, fundamentos da acumulação capitalista (Marx; Engels, 1980).

Para Marx, a riqueza no capitalismo é constituída pela acumulação de mercadorias, cada uma com valor de uso e valor de troca; o valor é determinado pelo trabalho socialmente necessário; e a produtividade influencia a formação da mais-valia (Mandel, 1978; Marx, 2011a). O dinheiro torna-se capital quando se transforma em mercadoria que produz mais valor do que o investido, processo central para a reprodução do capitalismo (Harvey, 2013; Marx, 2011a).

O capital é composto por capital constante, que inclui meios de produção, e capital variável, representado pela força de trabalho que cria mais-valia. A exploração ocorre porque a força de trabalho gera valor excedente apropriado pelo capitalista (Marx, 2011a, p. 244). A mais-valia pode ser absoluta, pelo prolongamento da jornada de trabalho, ou relativa, pela elevação da produtividade (Lênin, 1980).

Nos seus manuscritos econômicos e filosóficos, Marx traz importante problematização sobre a alienação do trabalhador pelo trabalho partindo de um dado concreto: do trabalho sob as condições de produção capitalista. A divisão do trabalho no capitalismo chegou a um nível em que as aptidões singulares dos indivíduos não são mais consideradas, pois tudo está submetido às leis da produção. A mercadoria assume um poder fantástico, pois "parece determinar a natureza e o fim da atividade humana" (Marcuse, 1978, p. 252), assim como a consciência do homem é capturada pelo processo de produção.

A valorização do mundo das coisas é a desvalorização do mundo dos homens, e esse processo ocorre tanto durante a produção das mercadorias quanto nas relações de troca. Quanto mais mercadorias se produz, quanto mais produtos barateados, mais o trabalhador empobrece. Primeiro, ao vender a sua força de trabalho, a ele não mais pertence; quem irá determinar o ritmo, o modo

de execução, os materiais a serem utilizados é aquele que o contrata. Da mesma forma se dá com o produto, pois também é objeto alheio e estranho. Nesse processo, ocorre uma cisão entre trabalhador, processo de trabalho e produto. Esses dois últimos assumem forma estranha e antagônica em relação ao seu produtor.

A Lei Geral da Acumulação Capitalista, desenvolvida por Marx, demonstra como a concentração de riqueza e capital resulta do processo de exploração da força de trabalho. À medida que a mais-valia é produzida, parte do capital se acumula nas mãos dos capitalistas, enquanto os trabalhadores permanecem economicamente dependentes. Esse processo cria desigualdades estruturais e crises periódicas, expressando a contradição central do capitalismo: a acumulação privada e a miséria relativa dos trabalhadores (Harvey, 2013; Marx; Engels, 1980).

Em síntese, a crítica marxiana da economia política oferece uma análise histórica, social e dialética do capitalismo, superando a economia clássica e apresentando conceitos fundamentais como mais-valia, trabalho abstrato, capital constante e variável, alienação e a Lei da Acumulação Capitalista. Marx demonstra que a riqueza capitalista se fundamenta na exploração sistemática da força de trabalho e que a economia não pode ser compreendida isoladamente da estrutura social e das relações de produção.

Do socialismo utópico ao socialismo científico

O pensamento de Karl Marx sobre o socialismo não pode ser compreendido como produto de reflexões isoladas ou de meras ideias reformistas sobre a revolução social. Pelo contrário, o socialismo defendido por Marx tem bases objetivas nas contradições sociais emergentes do seu tempo, especialmente diante do impacto da industrialização e das transformações decorrentes das revoluções burguesas. Nesse contexto, a classe trabalhadora surge como sujeito social, desenvolvendo-se a partir do declínio do feudalismo e do advento do capitalismo.

Durante a própria Revolução Francesa, forma-

ram-se movimentos com ideias comunistas, como é o caso da *Cercle Social*, movimento revolucionário que surgiu no ano de 1789, cujo líder era Claude Fauchet. Este defendia à época uma espécie de reforma agrária, através da divisão das terras entre todos os cidadãos e da definição de limites aos grandes proprietários. O próprio Marx faz referência a esse movimento em *A sagrada família*:

O movimento revolucionário iniciado em 1789 no Cercle social, que no centro de sua trajetória tinha Leclerc e Roux como seus principais representantes, até que, no fim, sucumbiu por um momento através da conspiração de Babeuf, havia trazido à baila a ideia comunista, que Buornaroti, amigo de Babeuf, voltou a introduzir na França depois da Revolução de 1830 (Marx; Engels, 2011, p. 138).

Passada a euforia da Revolução Francesa, sua vitória sobre o feudalismo e a derrubada da nobreza, a emergência de uma nova classe social dominante fez com que permanecessem velhos e surgissem novos antagonismos entre explorados e exploradores. Essa revolução permitiu a superação do conflito entre nobres e vassallos, sem, contudo, romper com a lógica da luta de classes: a partir do aparecimento da burguesia, a partir da nova forma de produção que se desenvolveu pós-feudalismo, surgiram da mesma forma as condições sociais para o nascimento de outra classe, representando a sua própria negação, a classe trabalhadora.

[...] desde o momento em que nasceu, a burguesia transportava nas suas entranhas a sua própria antítese, pois os capitalistas não podem existir sem os operários assalariados, e na mesma proporção em que os mestres de ofícios das corporações medievais se convertiam em burgueses modernos, os oficiais e os jornaleiros não agremiados transformaram-se em proletários (Engels, 1981, p. 30).

Na Inglaterra, onde já ocorrera a Revolução Industrial, formava-se uma classe de operários, ou seja, de homens desprovidos de qualquer propriedade ou instrumentos de trabalho, obrigados a viver da venda da sua força de trabalho à classe capitalista. A organização do trabalho sofreu modificações extraordinárias, as antigas ferramentas utilizadas pelos artesãos foram substituídas por máquinas. Sucessivas introduções de novas téc-

nicas foram realizadas, o que permitiu o aumento da produção de mercadorias em menos tempo necessário. A máquina a vapor foi aperfeiçoada, levando as fábricas para as cidades, o que antes era algo impossível tendo em vista a necessidade de proximidade dos rios devido ao fornecimento de energia (Riazanov, 1984). Conforme se deu o avanço desse processo, os artesãos passaram a ser substituídos por proletários, da mesma forma que suas pequenas instalações foram substituídas por fábricas, alterando rapidamente as relações sociais de produção:

Os artesãos são substituídos por proletários cada dia em maior número. No lugar da antiga classe de operários, que havia começado a se desenvolver nos séculos XVI e XVII e que na segunda metade do século XVIII representava ainda uma pequena parte da população, ao finalizar este século e particularmente em meados do século XIX, encontramos na Inglaterra uma classe considerável que impõe suas características a todas as relações sociais (Riazanov, 1984, p. 16).

O ideal de "império da razão" defendido na Revolução Francesa converteu-se em valores estritamente burgueses, como o direito à propriedade privada. Com isso, os conflitos de classe tornaram-se mais explícitos, dando origem a agitações revolucionárias e às primeiras ideias utópicas. Os socialistas utópicos, como Saint-Simon, Fourier e Owen, concentraram sua atenção na classe proletária, defendendo que a transformação social deveria partir de intelectuais e não dos próprios trabalhadores. Engels observa que, segundo esses autores, faltava o homem genial que guiaria a humanidade.

Apesar das limitações utópicas, Marx e Engels reconheceram que essas ideias influenciaram a elaboração de propostas que visavam ao fim da exploração e à superação das classes sociais. O socialismo científico de Marx não se restringe à teoria: nasce da própria práxis da classe trabalhadora, que, ao se organizar politicamente, evidencia as condições para a transformação social. Marx percebeu que a burguesia não poderia desempenhar um papel emancipador completo; a solução residia na própria classe trabalhadora. Dessa forma, a consolidação do socialismo científico está vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas e

à análise das contradições do capitalismo. Marx e Engels enfatizam que a revolução social é condição necessária para superar as estruturas que perpetuam a exploração.

O Manifesto do Partido Comunista marca a formalização do projeto comunista, orientando a Liga dos Comunistas na organização internacional dos trabalhadores. O documento descreve a história como uma sucessão de lutas de classes, apontando que o capitalismo cria condições para sua própria superação. O Manifesto detalha a formação da classe proletária e a necessidade de sua organização em movimento político, enfatizando que os objetivos imediatos dos comunistas são a constituição do proletariado em classe e a conquista do poder político. O comunismo não é um Estado imposto, mas o movimento histórico de transformação da sociedade em direção à igualdade e à liberdade humanas.

O comunismo defendido no Manifesto não é um Estado a ser instituído de um momento a outro, ou produto da ação de sujeitos que se postulam superiores; o comunismo é, antes de tudo, um movimento, constitui-se em uma etapa da história da sociedade. Por isso, o próprio Manifesto dedica parte do seu programa a entender os diferentes processos históricos, apreendendo-os a partir do próprio movimento histórico, das tendências e direções que os homens, sujeitos que produzem a sua própria história em determinadas condições, assumiram ao longo dos anos (Lefebvre, 1966). Marx e Engels não se dedicam a explorar como seria uma sociedade comunista, fazendo possíveis previsões detalhadas do que seria essa sociedade. O comunismo seria, de modo geral, a etapa histórica de mais alto nível de desenvolvimento humano, em que o homem teria o controle da natureza e da produção material para atender todas as necessidades sociais, sejam de origem biológica ou intelectual. Por não mais existir propriedade privada, os homens poderão ser realmente livres, livres do trabalho explorado, livres para desenvolver com plenitude todas as suas faculdades mentais.

Considerações finais

As reflexões apresentadas neste artigo sobre o método dialético-crítico de Marx evidenciam que o seu pensamento não se restringe ao contexto histórico do século XIX: mantém-se atual na compreensão das dinâmicas econômicas e sociais contemporâneas. Ao distinguir o método de pesquisa do método de exposição, Marx demonstra a necessidade de apreender a realidade concreta em seu movimento e em suas contradições, articulando a análise da totalidade, da contradição e da mediação. Essa abordagem permite compreender o capitalismo não como um fenômeno isolado, mas como um sistema historicamente determinado, estruturado por relações sociais de exploração e acumulação de capital.

A crítica da economia política elaborada por Marx, ao historicizar categorias econômicas e evidenciar a exploração da força de trabalho, permanece central para interpretar as desigualdades e crises recorrentes do capitalismo atual. Conceitos como mais-valia, capital constante e variável, alienação e a Lei Geral da Acumulação Capitalista continuam a oferecer subsídios para a análise crítica das transformações do mundo do trabalho, da concentração de riqueza e das contradições inerentes ao sistema.

O método dialético-crítico, portanto, não se limita à teoria, mas atua como mediação prática, orientando a compreensão do movimento social e a possibilidade de intervenção transformadora. A historicidade, a processualidade e a centralidade da luta de classes constituem elementos fundamentais para pensar alternativas ao modelo capitalista vigente. Assim, a obra de Marx permanece um referencial indispensável para o pensamento crítico, permitindo apreender a realidade em sua complexidade e apontando caminhos para a transformação social, reafirmando a sua importância como guia teórico e prático na contemporaneidade.

Referências

BROHM, Jean-Marie. *Karl Marx: ciência e revolução*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. *Dialética da natureza*. Moscou: Editorial Progresso, 1975.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1981.

HARVEY, David. *Para entender O capital: livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

KAUTSKY, Karl. *A concepção materialista da história*. Lisboa: Presença, 1979.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEFEBVRE, Henri. *O marxismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1966.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Cadernos filosóficos*. Lisboa: Edições Avante!, 1980.

MANDEL, Ernest. *Formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MANDEL, Ernest. *O Capital: cem anos de controvérsia em torno da obra de Karl Marx*. São Paulo: Ensaio, 1978.

MARCUSE, Herbert. *O homem unidimensional: estudos sobre a ideologia da sociedade industrial avançada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Martin Claret, 1982.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-6. 12. ed.* São Paulo: Cortez, 2009.

PONTES, Ricardo Antunes das. A mediação e o trabalho na teoria social crítica. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 79-86, 2010.

PRATES, Jane Cruz. História e historicidade: categorias fundamentais para o serviço social. *Cadernos Abess*, São Paulo, n. 1, p. 1-15, 2000.

RIAZANOV, David. *Marx e Engels: suas vidas, suas obras e suas ideias*. São Paulo: Global, 1984.

ROBAINA, Paulo. *O método dialético em Marx: fundamentos e atualidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

Inez Rocha Zacarias

Doutora e mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PUCRS). Pós-doutorado em Serviço Social pela PUCRS. Especialista em Saúde da Família e Comunidade pelo Programa de Residência Integrada em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição. Graduada em Serviço Social pela PUCRS. Tem experiência profissional nas áreas da Saúde e Assistência Social. Foi docente no Curso de Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Principais temas de estudo: Formação Profissional, Trabalho e Processos de Trabalho em Serviço Social, Método em Marx e Fundamentos do Serviço Social.

Endereço para correspondência:

INEZ ROCHA ZACARIAS

Rua Marcelo Gama, 183, apto. 303, Bairro São João, 90540-040

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.

